



**AVALIAÇÃO DA AVALIAÇÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO BRASILEIRA:
CONTRIBUIÇÕES DO DIRETÓRIO NACIONAL DO FÓRUM NACIONAL DE
PRÓ-REITORES DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO**

A avaliação da pós-graduação é um dos temas centrais da agenda de discussão e de trabalho do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação, tendo em vista que o FOPROP congrega cerca de 250 instituições brasileiras que ofertam programas pós-graduação *stricto sensu* no Brasil. Especialmente em 2017 (ano do fechamento da avaliação quadrienal), a avaliação foi assunto em inúmeras reuniões e eventos organizados pelo Fórum, cabendo destaque para (i) o seminário realizado na Capes em 16 de fevereiro de 2017 envolvendo o FOPROP, a DAV e o CTC-ES; (ii) os encontros regionais e nacional (ENPROP) do Fórum e (iii) as reuniões do Diretório Nacional com a Presidência da Capes e com a Diretoria de Avaliação. Além disso, o Fórum foi convidado a estar presente e debater o tema da avaliação em inúmeras reuniões de diversas entidades e associações. Por fim, no dia 01 de novembro de 2017, o Diretório Nacional esteve reunido com a Diretoria de Avaliação (DAV) para apresentar e discutir os pontos e as contribuições que emergiram ao longo do processo. Concluída a avaliação quadrienal 2013-2016, o Fórum defende a necessidade de repensar e redefinir a avaliação da pós-graduação.

Enquanto entidade que congrega e representa a quase totalidade das instituições brasileiras que ofertam pós-graduação, o FOPROP entende que deve participar e contribuir com o atual momento de análise e redefinição da avaliação da pós-graduação. Os itens abaixo, apresentados de forma sintética, refletem o

que o Fórum julga ser a síntese de pontos que devem ser considerados no atual processo de redefinição e aprimoramentos.

1. Assimetrias e desigualdades (intra/inter) regionais

O desenvolvimento da pós-graduação no país não é recente, mas seu desenvolvimento tem sido desigual. Comparada com a de outros países sul-americanos, ela já está consolidada, mas o comparativo entre as regiões mostra que há grandes diferenças entre as grandes regiões e entre os estados da federação.

Muitas das universidades estruturaram sua pós-graduação nos últimos 20 anos, sendo que as mais consolidadas também tiveram um fortalecimento de seus Programas a partir da década de 1980. Desta forma, o retrato da pós-graduação no país reproduz um quadro de grande heterogeneidade, também observado em outros setores da sociedade brasileira. Diante disso, colocam-se as seguintes questões: ***devemos ter um mesmo instrumento para avaliar todos os programas? Posto de outra forma, será que deve existir apenas um tipo de Avaliação para um amplo, diverso e variado sistema de Pós-Graduação?***

A avaliação feita hoje, com os mesmos critérios e métricas para todos os programas, reproduz as históricas desigualdades entre as regiões e microrregiões do país. As condições para o funcionamento de um programa em São Paulo são muito distintas das de um sediado no Amapá, em que a distância dos centros de excelência impede a formação de quadros docentes, aptos a atuarem na pós-graduação. Entretanto, a ficha de avaliação desconsidera o quesito da regionalidade e a importância do programa para o desenvolvimento regional. A fixação de doutores, sobretudo nos *campi* do interior, é um desafio imenso, e a presença e/ou ausência da pós-graduação tem um peso decisivo sobre a decisão dos docentes em permanecer na IES. Dessa forma, ainda que os critérios de avaliação **devam ser os mesmos**, os pesos a serem atribuídos aos quesitos devem ser alterados, a partir da consideração dos aspectos regionais.

2. Impactos (papel) da pós-graduação no desenvolvimento do país e das regiões

O papel da pós-graduação deve medir a formação e a qualificação de profissionais, mas também os impactos econômicos e sociais, decorrentes do avanço do conhecimento, que podem transformar nações. Países do OCDE já investem mais de 2% do seu Produto Interno Bruto (PIB) em Ciência e Tecnologia (C&T), e países com forte comprometimento com a construção de uma sociedade baseada no conhecimento e bem-estar social, como a Alemanha, EUA e alguns países asiáticos pretendem investir 4% do PIB em C&T nos próximos anos.

No Brasil, a grande maioria da produção de conhecimento se concentra em universidades públicas e privadas, apoiadas nos Programas de Pós-Graduação (PPGs). Em países mais consolidados do ponto de vista de pesquisa e pós-graduação, o pós-doutorado é provavelmente o nível fundamental do sistema.

No caso da Avaliação da CAPES a produção docente e discente tem grande peso na atual avaliação, todavia a pós-graduação deve atender e responder a mais de um propósito. A produção científica e técnica é uma das suas dimensões, mas é necessário que os impactos positivos da presença da pós-graduação na formação e no desenvolvimento das regiões seja considerado como fator fundamental e como um “conteúdo real” que os números nem sempre traduzem. A atual ficha de avaliação contempla a relevância social, mas não há parâmetros que permitam mensurá-la de forma efetiva.

3. Equilíbrio entre as dimensões “quantitativas” e “qualitativas” da avaliação

Prevalece uma concepção quantitativa na avaliação e o peso numérico estimula os programas a buscar uma prática “produtivista” exagerada que, em muitos casos, resulta em produção de baixa qualidade e de baixo impacto. O “produtivismo”, quando transformado em cultura acadêmica no interior dos programas, tende a negligenciar a fundamental importância da formação do pós-

graduando. Nessa perspectiva, quantas dissertações e teses resisitiriam a uma avaliação qualitativa? Uma avaliação que valorize mais os aspectos qualitativos dos programas exige revisão dos quesitos de avaliação.

4. Fortalecimento da dimensão formativa da pós-graduação. Focar a qualidade da formação.

Não se pode ignorar que a formação de qualidade e a busca da excelência devem ser os eixos fundamentais da pós-graduação. Mas, ao se valorizar em demasia os índices quantitativos do processo de avaliação estabelecido pelas Áreas, invertem-se as prioridades, dando-se mais valor os produtos do que ao processo de formação. O “produtivismo” tem levado a grande maioria dos programas a priorizar a publicação em detrimento da formação. Os estudantes são pressionados a publicar sem ter construído um domínio mínimo sobre o campo e os objetos (temas) de pesquisa em que estão inseridos. Muitos concluem os cursos sem terem aprendido a elaborar um projeto em condições de serem submetidos a um edital ou a uma agência.

5. Expansão planejada a partir de um Plano Institucional de Desenvolvimento da Pós-Graduação

A expansão da pós-graduação deve continuar sendo uma política de Estado. Tem havido uma proliferação de programas, com linhas de pesquisa repetidas e com baixa inovação. Muitos programas são cópias uns dos outros, e há forte presença de docentes em mais de um PPG dentro de uma mesma IES e em uma mesma Área de Conhecimento. Em algumas IES há que se proceder uma saudável e desejada fusão de programas. ***As instituições precisam (re)assumir o planejamento de sua pós-graduação.*** Há que se elaborar um Projeto Institucional de Desenvolvimento e Avaliação da Pós-Graduação. Não delegar tudo para a CAPES.

6. Dimensionar melhor os impactos do programa na sociedade via egressos

Os egressos dos programas têm peso reduzido na avaliação. O principal “produto” ou resultado de um programa é a formação de profissionais, pessoas, lideranças. É fundamental dimensionar a atuação dos egressos no mundo do trabalho e nos demais espaços onde atuam. Produção acadêmica, técnica e tecnológica, inserção profissional, liderança exercida, são aspectos a serem avaliados. Portanto, faz-se necessário o desenvolvimento de um mecanismo de acompanhamento dos egressos no âmbito da Plataforma Sucupira.

7. Ampliação dos estratos de avaliação (Notas) e tempos distintos para avaliação dos estratos

O sistema atual de acreditação utiliza poucos estratos para discriminar milhares de PPGs. Com isso, há uma concentração indesejada de PPG em um mesmo estrato sem que haja uma devida separação por desempenho. Assim, a magnitude do sistema e a enorme complexidade demandam ampliar os estratos. Atualmente, a Nota 3 é a mínima exigida para recomendação (curso não consolidado); Nota 4 diz respeito a curso em consolidação; Nota 5, consolidado e Notas 6 e 7, cursos de excelência. Não há necessidade de avaliar programas 06 e 07 a cada quatro anos. Conforme mencionado no item 1, seria importante definir a missão do Programa e, a partir daí, estabelecer sua nota.

8. Importância da avaliação de “meio termo” e da auto-avaliação

Investir na avaliação de “meio termo”, pois ela produz importantes resultados (avaliação processual). As instituições e os programas devem ser incentivados e orientados pela CAPES a fazer a auto-avaliação, podendo ser, inclusive, ser incorporada como um estágio ou um momento da avaliação.

9. A avaliação de ingresso (recomendação do programa) não pode ser a mesma de programa em funcionamento

A avaliação para o ingresso no sistema (cursos novos - APCNs) não deveria se dar com base nas exigências de um programa em funcionamento. A avaliação de

ingresso deveria ser apenas “recomendado” ou “não recomendado”. Não há necessidade de atribuir nota no início.

10. Diferenciação da avaliação por estratos e por outros critérios

Não é salutar para o SNPG uma única avaliação para todos os programas e todos os níveis. A avaliação centrada na qualidade “igual para todos” considera de forma insuficiente as assimetrias e as desigualdades históricas entre as regiões e microrregiões do país, bem como as especificidades e missões de cada PPG. Além disso, programas com 15 docentes não deveriam ser avaliados da mesma maneira que programas com 60 ou mais docentes.

11. Reorganização das Áreas de Avaliação do CTC

Há necessidade de uma reflexão sobre a definição das Áreas de Avaliação da CAPES. Atualmente são 49, de forma que há nítida sobreposição de áreas de conhecimento, pouca atenção à interdisciplinaridade, que aliás, por ter uma área específica, não se justifica, já que praticamente as pesquisas atuais são de caráter inter- ou mesmo transdisciplinares. O que se observa é a construção de “feudos”, definidos artificialmente por interesses pessoais ou de grupos. É possível fundir Áreas sem qualquer prejuízo. Ao invés de ampliar a avaliação pela especificidade, é melhor avaliar por meio de áreas mais homogêneas e abrangentes. A expansão das áreas dificulta e faz emergir culturas avaliativas muito distintas.

12. Desconcentração do poder do CTC – ES

O processo de avaliação é complexo e multidimensional. Em algumas situações, são criados domínios hierárquicos de competência, sem quaisquer referenciais internacionais, o que leva a classificações artificiais e sem reconhecimento internacional. No CTC-ES habitam e concorrem (disputam) inúmeras áreas de conhecimento e culturas acadêmicas e científicas. As relações de poder no CTC são assimétricas. As chamadas áreas “duras”, por terem muitas vezes referenciais internacionais comuns mais consolidados e aceitos,

sobrepõem-se às áreas das humanidades e ciências sociais aplicadas. A ficha de avaliação que acaba tendo um peso importante na política de pós-graduação do Brasil, precisa ser aperfeiçoada. Os três Colégios que integram o CTC poderiam funcionar como câmaras, podendo funcionar como primeira instância de avaliação.

13. Adoção de novos instrumentos e formas de escolha dos Coordenadores de Áreas

Há necessidade de aperfeiçoamento da forma de escolha dos Coordenadores de Área. Uma alternativa interessante e que já vem sendo utilizada para o preenchimento de cargos de Diretores de Institutos Nacionais de Pesquisa do MCTI é o “Comitê de Buscas”. Nota-se muitas vezes um viés corporativo nas indicações por parte dos PPGs, o que não é recomendável. É necessário também oxigenar e abrir algumas áreas.

14. Redimensionamento (ampliação) das visitas e diligências

As visitas cumprem um papel muito importante na relação entre o programa, a instituição e a Coordenação de Área da Capes. Trata-se de um aprendizado mútuo de grande valor. A Plataforma Sucupira não traduz a dinâmica cotidiana do programa na instituição e na região. As regiões mais distantes raramente são contempladas com visitas. As visitas são mais facilmente aceitas e realizadas nos estados e cidades das regiões Sudeste e Sul.

15. Extinção da distinção entre docente permanente e docente colaborador

Um PPG é composto por um Corpo Docente que deve estar comprometido com a qualidade de formação dos pós-graduandos. Portanto, criar hierarquias dentro de um PPG não nos parece sensato. A função e atuação do docente devem estar explicitadas na Proposta do Programa e, em hipótese alguma, deveriam pesar negativamente na Avaliação. Um Docente pode ter um papel fundamental na formação dos pós-graduandos, sem, entretanto, ter a exigência de atingir indicadores de produção de excelência. São coisas complementares e não

excludentes. A produção de um PPG deve ser avaliada por um “core” de docentes que participa diretamente na orientação de alunos.

16. Mudanças no sistema Qualis

O Qualis exerceu um papel importante no sentido de permitir a comparação da produção por Áreas distintas. Por exemplo, um produto A1 em uma Área de Avaliação deveria ter o mesmo reconhecimento em outra área, ou seja, tratar-se-ia de uma produção de excelência de equivalente internacional. Entretanto, o que se viu consolidar nos últimos anos foi um distanciamento de referenciais internacionais já consolidados e aceitos. Algumas áreas criaram artificialmente uma classificação da sua produção mais qualificada desconectada com o mundo, criando um cenário fictício de internacionalização. Em alguns casos, produções dentro de uma Área foram desconsideradas por “não terem aderência àquela Área de Avaliação”. Isso é um completo absurdo em um mundo onde as pesquisas são cada vez mais interdisciplinares. Outras “invenções” resultaram em equações de forma a dividir índices de Impacto de outras áreas. Ou seja, um disparate em relação a indicadores internacionais e no sentido de se criar uma “Produção da Nossa Área”. Isso não é aceitável. Se nos distanciarmos de mecanismos de classificação existentes e reconhecidos internacionalmente, podemos sinalizar para uma direção que nos leve a uma situação de isolamento e não reconhecimento do processo de avaliação. Seria também oportuno trabalhar inicialmente na construção de um “Qualis” mais unificado por grandes áreas. A alteração da classificação do Qualis produz prejuízos enormes aos programas. A classificação deve perdurar mais tempo.

17. Avaliação centrada no mérito

Algumas áreas tendem a atribuir aos programas avaliados pela primeira vez (avaliação quadrienal) o mesmo conceito obtido no momento da recomendação por estarem em “consolidação”, mesmo obtendo "Bom" e "Muito bom" em muitos itens. A Portaria nº 59/2017, em especial, na sua seção 2.2, que trata das

orientações para atribuição das notas, não estabelece isso. Nada consta na referida portaria que um programa, avaliado pela primeira vez, receberá a mesma nota de quando foi recomendado por estar "em consolidação".

18. Revisão da decisão do CTC de que programas de mestrado Nota 3 não podem ter doutorado aprovado no quadriênio

A avaliação deve ser centrada no mérito. Há programas novos com Nota 3 que apresentam grande desempenho, decorrente dos investimentos que as instituições e os docentes fazem. Essa orientação do CTC afeta principalmente as IES mais novas, que são obrigadas a implantar os doutorados em virtude da RES. 03, do Conselho Nacional de Educação.

19. Convergência entre o Fomento e a Avaliação

O financiamento da pós-graduação foi - e deve continuar sendo - uma dimensão essencial da qualificação da pós-graduação. O fomento aos cursos novos é tão importante quanto o destinado aos programas mais antigos e consolidados. É necessário, no entanto, reduzir distorções no fomento. A Diretoria de Programas e Bolsas (DPB) deve prosseguir e aprofundar o trabalho que vem sendo realizado de identificar e corrigir distorções na distribuição de bolsas e de recursos do PROAP e PROEX. O fomento deve ser diferenciado entre os estratos (notas dos programas), mas é preciso considerar que o SNPG cresceu muito na última década. Os cursos novos precisam do fomento para se consolidarem. Ainda há distorções na distribuição dos recursos entre os cursos mais antigos e cursos implantados nos últimos anos.

Brasília, 10 de novembro de 2017

Diretório Nacional do FOPROP